

Eleições e ataque hacker ao STJ marcaram mÃas de novembro



As eleições durante uma pandemia de saúde dividiram os holofotes do

noticiário jurídico com o maior ataque hacker já sofrido pelo Superior Tribunal de Justiça em novembro.

O [ataque aos sistemas do STJ](#) ocorreu logo no início do mês; dois dias depois, o tribunal informava que o backup dos sistemas estava "100% íntegro", apesar de os ministros e servidores não conseguirem acessar os próprios arquivos e e-mails.

A situação foi [considerada grave](#) por ministros e advogados. Um dos ministros contou à **ConJur** que o hacker não teve acesso aos arquivos e processos guardados em nuvem, bloqueando apenas os dados dos computadores do tribunal. Os prazos processuais foram suspensos. A Polícia Federal abriu inquérito para investigar o caso e destacou peritos em informática para trabalhar no assunto.

O sistema voltou a ficar operacional dentro do previsto, em 9 de novembro, mas as turmas do tribunal [adiaram](#) as sessões por videoconferência. Os julgamentos virtuais só foram [retomados](#) no dia 12, e as sessões presenciais, no dia 17.

Eleições

A gravidade do ataque ao STJ fez com que o Tribunal Superior Eleitoral desligasse um de seus servidores durante o primeiro turno das eleições, o que levou a um [atraso](#) de algumas horas na totalização e divulgação dos resultados da votação.

Exceto por esses problemas técnicos, a eleição transcorreu sem maiores transtornos. O resultado apontou para uma [desidratação](#) da "nova política" no primeiro turno, de acordo com analistas consultados pela **ConJur**, e consolidou a derrota de Bolsonaro e do PT no [segundo turno](#).

Veja as principais notícias do mês na coluna **Resumo da Semana**:

7/11 – [Ataque hacker de proporções inéditas ao STJ foi o destaque](#)

14/11 – [Restabelecimento gradual dos sistemas do STJ foi destaque](#)

21/11 – [Negativa da OAB para liberar atuação de advogados estrangeiros foi destaque](#)

28/11 – [Farra do transporte da OAB-SP para eleição da Aasp foi destaque](#)

**"Estupro culposo"**

Outro tema que dominou as conversas em novembro foi o julgamento de uma acusação de estupro contra o empresário André Aranha, no qual a influencer Mariana Borges Ferreira, conhecida como Mari Ferrer, foi [alvo de insultos](#) por parte do advogado do empresário André Aranha, que ela acusava de estupro.

Reportagem do *The Intercept Brasil* com trechos do julgamento dizia que o Ministério Público tinha proposto a tese de "estupro culposo", e que o juiz a teria acatado. No entanto, após divulgação da [íntegra](#) da decisão, constatou-se que a expressão não tinha sido utilizada, o que fez com que a juíza Cleni Serly Rauen Vieira, da 3ª Vara Cível de Florianópolis, [condenasse o site](#) a corrigir o texto.

Quando a [íntegra da audiência](#) foi divulgada, o vídeo mostrou que o juiz interveio de forma tímida durante os insultos do advogado, mas, segundo especialistas ouvidos pela **ConJur**, isso não foi suficiente para que ficasse demonstrada sua imparcialidade no julgamento. A [sentença](#), que absolveu o cívico in dubio pro reo, [seria nula](#), afirmaram os professores.

**Entrevista do mês**



Em entrevista à **ConJur**, o deputado federal **Fábio Trad** (PSD-MS) afirma que a política representativa está num limbo e precisa sair dele, mas para isso é preciso que o Poder Judiciário também faça sua parte: um exercício de autocontenção.

Trad é relator da PEC 199/2019 na comissão especial na Câmara — a proposta é fixar a prisão após condenação em 2ª instância, [revertendo o entendimento firmado](#) pelo Supremo Tribunal Federal.

O deputado criticou as últimas intervenções do Supremo, que criaram o precedente de afastamento monocrático de parlamentares antes mesmo do oferecimento da denúncia, como aconteceu com o [senador Chico Rodrigues \(DEM\)](#).

De acordo com ele, essa questão deve ser discutida com urgência pelo Poder Legislativo de forma a "subordinar as intervenções judiciais nos mandatos eletivos em curso a condições taxativas que não ignorem o valor político intrínseco de um mandato popular".

Veja outras entrevistas de novembro:

***Niver Acosta**, advogada de Família: ["A negociação é o futuro do Direito de Família"](#)

***José Rogério Cruz e Tucci**, professor: [Uma lei como o CPC leva dez anos para ser interpretada e bem aplicada](#)

***Geraldo Pinheiro Franco**, presidente do TJ-SP: ["O trabalho remoto parcial é uma realidade que deu certo"](#)

Autores: Redação ConJur